

DISCIPLINA DE INFORMÁTICA E SOCIEDADE [CRT 0385]

1. Descreva o que é Ética, o que é Moral e explique a diferença entre os dois conceitos.

Ética é o conjunto de valores que usamos para decidir, por exemplo, três grandes questões da vida: Querer; dever (no sentido de necessidade: “Devo fazer tal coisa?”) e poder (no sentido de possibilidade). Portanto, está relacionada a uma união de fatores sociais, como um conjunto de regras impostos pela sociedade ou instituição, e que podem mudar com o passar do tempo.

Moral é um emaranhado de ordenamentos sociais baseados nas interpretações e experiências de diversos integrantes de uma sociedade, mas que reflete sobre as opiniões constituintes do intelecto de cada ser, levando em conta aspectos desenvolvidos pelos efeitos em si, impressos em cada um. Por exemplo, costumes culturais de um povo são fatos constitutivos da moral destes.

A diferença entre os dois conceitos está na concepção de cada um. Se na prática são bem parecidos, é na origem que se nota a disparidade. A ética compõe uma espécie de código de conduta que determina o seu respeito para com a sociedade como um todo. Na moral, o desligamento se reflete no desrespeito a indivíduos e, por consequência, às tradições sociais.

2. Explique o que é Ética Pessoal, Ética Profissional e Ética Pública.

A ética pessoal esta diretamente ligada a maneira de pensar e agir de um indivíduo em relação ao trabalho, à vida, ao mundo e as pessoas à sua volta também. Estes preceitos são pilares de suas ações, de seus comportamentos, pois guiam suas atitudes em todas as circunstâncias.

A ética profissional tem relação com as atitudes das pessoas no seu ambiente de trabalho. A maneira como se dão as relações interpessoais no trabalho, também, o cumprimento das regras pré estabelecidas pela instituição entre muitas outras, mas ainda, a compreensão de pertencimento com relação à instituição, pois o profissional é um braço desta e seu desligamento acarretará redução da produtividade em quaisquer circunstâncias.

Ética pública é um conceito bastante utilizado pelos sistemas administrativos pertencentes aos governos. Está diretamente relacionado ao comportamento dos indivíduos nos ambientes de uso comum, bem como no cumprimento de seus papéis como cidadão integrante de uma determinada sociedade.

3. Explique o que é Regulamentação Profissional, e dê exemplo de profissões que já são regulamentadas hoje no Brasil.

Consiste no desenvolvimento e criação de uma série de parâmetros, leis e códigos que tratarão de fornecer caminhos para o pleno funcionamento de uma profissão de forma que esta se torne útil e correta dentro dos ditames constitucionais de uma determinada nação. Uma profissão bem regulamentada no Brasil é a advocacia. Através da OAB é possível conhecer a qualidade e experiência de um advogado, mas este também poderá ter acesso a diversos serviços úteis à sua carreira profissional como: Proteção de seus escritórios; Concorrência legal; Participação nos casos de defensoria pública; Constante aprimoramento profissional; etc. Bastante semelhante à OAB são os conselhos de medicina, que garantem um profissional capacitado à sociedade e atuam impedindo que profissionais realmente capacitados não tenham que competir no mercado com “curandeiros”.

4. Descreva um pouco sobre a Regulamentação Profissional de TI, e também sobre os projetos de Lei nº3065/2015, nº4408/2016 e nº5101/2016.

O PL de número 3065/2015 foi apresentado em 22 de setembro pelo Deputado Prof. Victório Galli. Esse projeto de lei, tratava sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas, Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de Redes, Administrador de Banco de Dados, Suporte, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e oferece outras providências. O PL 3065 foi o mais próximo possível de um projeto real de regulamentação pois

definia as atribuições de cada profissão, propondo a criação de conselhos de profissão e, consequentemente, reserva de mercado de trabalho para os diplomados na área.

No caso do PL no 4408/2016 que foi apresentado em 03 de fevereiro pelo Dep. Eduardo Barbosa. Esse projeto de lei trata do exercício profissional na área de Informática. Foi construído a partir do PL da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), cujo objetivo é garantir a liberdade do exercício profissional defendido pela SBC e proteger a área contra a inclusão de suas atribuições na reserva de mercado de outras profissões (BRASÍLIA, 2016).

Por fim, o PL no 5101/2016 apresentado em 24 de abril pelo Deputado Alfredo Nascimento e que trata sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e correlatas. De certa forma foi baseado no 3065/2015. O projeto de lei 5101, propõe a regulamentação da profissão de Analista de Sistema, define suas atribuições e reserva-lhe como privativa a responsabilidade técnica de projetos. Não há proposta explícita de criação de conselhos de profissão, a qual poderá ser feita mais tarde.

5. Descreva vantagens e desvantagens decorrentes da regulamentação do profissional de TI, também diga seu posicionamento relacionado ao tema.

Vou começar pela minha opinião: Toda profissão, minimamente técnica, deve ser regulamentada, seja bom ou não para o profissional. Defendo isso pelo simples fato de envolver mão de obra especializada, não necessariamente nível superior, mas que cobrou um tempo de extremo esforço para o alcançar da titulação.

Vantagens: Mercado favorável, salários melhores pela famosa lei da oferta e da procura, respeito profissional (valorização), organização da carreira, segurança para clientes, compartilhamento de problemas nas execuções, maior poder de barganha politicamente falando.

Desvantagens: Exigências na hora da contratação, maior responsabilidade profissional, cobrança maior frente ao nível do profissional.

6. Descreva um pouco sobre Cyberquatting e Typosquatting.

Cybersquatting é a prática de adquirir para si, um domínio que tenham em seu título muito valor comercial. Geralmente se faz usando uma marca que tenha probabilidade de crescer bastante e que venha necessitar de um site. Como seu nome já está sendo usado em um domínio, este necessitará comprar ou acionar a justiça.

Typosquatting é quando alguém “clona” um domínio já existente alterando o mínimo de caracteres possível de forma a confundir os usuários do domínio original.

7. Explique quais consequências estão sendo percebidas na nossa sociedade decorrente desse processo de informatização, e como podemos reduzir os impactos negativos desse processo na sociedade.

A informatização do trabalho e das tarefas do dia a dia, resultam em redução expressiva dos postos de trabalhos e uma certa prisão às tecnologias, como, por exemplo, o uso de cartão de crédito que apesar de ser bom, obrigou, de certa forma, quem não pretendia adquiri-lo a fazer uso do mesmo por ser um dos meios de pagamento mais utilizados e aceitos.

Porém, uma parte da solução para os problemas da informatização, está na oferta de uma melhor educação, sobretudo, voltada para o aprimoramento dos conhecimentos na área de tecnologias para que as pessoas adquiram capacidade de atuar no mercado.

8. O que é Responsabilidade Social? Descreva explicando o que é e também sua importância na nossa sociedade.

É quando empresas, por conta própria, decidem promover situações que gerem um bem-estar social aos seus funcionários, ou aos habitantes das vizinhanças da instituição ou ao público em geral. Não pode ser confundida com atos impostos judicialmente. Representa uma importante forma de levar as empresas a oferecer serviços e recursos para beneficiar a população que a rodeia. O que contribui, até certo ponto, para o desenvolvimento humano, social ou ambiental.

9. Descreva o que são certificações socioambientais, dê exemplos de algumas certificações e fale sobre a importância dessas certificações para as empresas.

São instrumentos que promovem a busca pela responsabilidade social. A sociedade ganha com as ações promovidas pelas empresas. As empresas ganham com essas certificações, pois se destacam no mercado tão repleto de concorrentes. A NBR 16001 estabelece os parâmetros para aquisição de certificações. O selo ABVTEX também é um exemplo de certificação de responsabilidade social. E um dos mais conhecidos e importantes é o SA8000 também voltado à responsabilidade social. Através dessas certificações, algumas empresas se apresentam como uma boa opção para os investidores, bem como, se apresentam para os mercados externos como uma fonte responsável de determinado produto, o que resulta em boas negociações e, portanto, crescimento.

10. Descreva o que é empreendedorismo e quais razões levam uma pessoa a empreender.

É a capacidade de se ter iniciativa para implementar um novo negócio com, ou não, mudanças em empresas já existentes, bem como gerenciar com alterações que envolvem inovação e riscos. Na maioria das vezes, pelo menos no cenário nacional, o empreendedorismo é motivado por falta de renda, ou seja, como uma fonte de renda para aqueles que se encontram desempregados. O que acaba por induzir pessoas a abrirem empresas sem o mínimo de conhecimento e/ou capacidade de gerir a mesma. Outra razão para empreender é ter uma ideia inovadora que o faça acreditar que há uma chance de se conseguir sucesso empresarial com o projeto.

11. Descreva o que é a Lei do Direito Autoral (Lei no 9.610/98), e também fale sobre sua importância para os profissionais de TI.

A lei dos direitos autorais tem como função principal proteger qualquer criação artística, científica ou literária. Nela o direito autoral é o direito do autor, do criador, do tradutor, do pesquisador, do artista, de controlar o uso que se faz de sua obra. É de suma importância para a proteção das criações das pessoas, que, em muitos dos casos, investiu bastante tempo e recursos para se alcançar aquele resultado e poderá ver todo seu esforço destruído pela pirataria.

12. Descreva o que é Direito Moral e Direito Patrimonial, e explique a diferença entre os dois.

O direito Moral tem como objetivo garantir ao criador ter sua marca estampada na obra, respeitando a integridade dela. Ainda, de assegurar os direitos de modificação ou mesmo de proibição de sua veiculação. O criador não poderá perder o direito de autoria pois o direito moral é inalienável e irrenunciável.

Já o direito patrimonial trata apenas das relações jurídicas na utilização das obras intelectuais nos aspectos econômicos. O direito patrimonial diferentemente do direito moral, pode ser renunciado de forma legal, através do repasse da titularidade jurídica da peça.

13. Descreva o que é a Lei do Software (Lei no 9.609/98), e também fale sobre sua importância para os profissionais de TI.

É uma lei brasileira já um pouco antiga, que trata sobre o que é um software; como pode ser gerido, quem deve deter os direitos do software, etc. A legislação diz claramente que a forma de proteção

ao programa de computador é a mesma forma que a prevista na Lei dos Direitos Autorais, mas com observação ao disposto na Lei do Software, que trata em alguns aspectos relacionados a tecnologia melhor do que a lei dos direitos autorais. Tem uma importância tão grande quando a lei dos direitos autorais. Atua principalmente para minimizar a possibilidade de seu software ser utilizado ou copiado sem autorização. Para a devida proteção o primeiro passo é depositar o pedido de registro no INPI, o que facilitará sua defesa em eventuais debates e processos administrativos ou judiciais. Outras medidas que auxiliam no uso de indevido por terceiros são: implementar um sistema de segurança que impeça que subtraiam seus dados; E instruir os colaboradores sobre o uso do programa.

14. É preciso que um software esteja cadastrado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial para que tenha proteção sobre seus direitos assegurados? Explique como funciona essa proteção, e também qual sua importância para profissionais de TI.

Não! Não é necessário ter o software devidamente cadastrado no INPI para que o direito sobre este possa ser requerido pelo proprietário. A Lei do Software não obriga o registro do software em um órgão para conseguir a proteção, mas é recomendável que seja realizado o devido registro do código-fonte do programa no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que também efetua o registro de marcas, patentes, modelos de utilidade, entre outros bens. Quando o indivíduo realiza o registro, fica mais fácil comprovar a autoria do programa perante tribunais, cartórios, outros órgãos públicos ou até mesmo quando seus parceiros requisitarem.

15. Foi visto sobre dois tributos relacionados a software (ICMS e ISS), pesquise sobre e explique o que são eles dois e como eles funcionam.

Todo empreendedor deve ter atenção especial às obrigações fiscais referentes ao seu ramo de atuação, isso mantém a empresa na legalidade e evitará problemas com o fisco mais tarde. O ICMS é um dos principais tributos empregados no Brasil, sua sigla quer dizer: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. É competência de cada estado brasileiro instituir e cobrar os valores que devem ser tabelados referentes aos mesmos. Este imposto é cobrado de forma indireta, ou seja, seu valor é adicionado ao preço do produto comercializado ou do serviço prestado. Este tributo só é cobrado quando a mercadoria é vendida ou o serviço é prestado para o consumidor, que passa a ser o titular deste item ou do resultado da atividade realizada.

A sigla ISS quer dizer: Imposto Sobre Serviços. Trata-se de um tributo cobrado pelos municípios. Isso significa que todos os valores recolhidos a título de ISS são destinados aos cofres públicos municipais. Devem pagar ISS todas as empresas prestadoras de serviços que se enquadram nas obrigações da lei 116/2003 e os profissionais autônomos prestadores de serviços. Os profissionais autônomos como: administradores, profissionais liberais de TI, advogados, arquitetos, dentistas e médicos. Ou os que atuam sem vínculo e prestam serviços diretamente ao consumidor final também devem contribuir com o pagamento do ISS. Nos casos desses profissionais, é utilizada como base de cálculo uma tabela específica para cada tipo de serviço.

16. Na sua opinião, quais foram os benefícios trazidos pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)?

Os benefícios são inúmeros e muitos deles só podem ser citados quando da necessidade dos mesmos, pois só serão profundamente conhecidos em face de uma disputa judicial. Porém, alguns benefícios já podem ser citados como: Proteção de seus dados individuais. Com o crescimento das redes sociais, muitos relacionamentos são construídos à distância e muitas pessoas resolvem entrar no jogo do namoro online. Onde são trocados vídeos e arquivos de fotos íntimas. Mas nem só no relacionamento. Muitas mulheres e homens gostam de se fotografar nus ou seminus, é uma liberdade concedida a todas as pessoas terem suas intimidades como bem entenderem. Muitos desses arquivos

podem ficar sob o julgo de provedores de internet, por exemplo, que de má-fé poderiam comercializar os arquivos íntimos dos usuários, e isto o marco civil esta aí para defender. Também na proteção de arquivos pessoais como documentos, registros, projetos, etc. Todo esse acervo pessoal passou a ter alguma proteção do estado.

17. Explique o que é uma Entidade de Classe e qual seu principal objetivo.

São coletivos da sociedade civil destinados a proteger e representar seus associados. Essas instituições buscam sua fonte de legitimidade diretamente da Constituição Federal. São, por exemplo, associações de trabalhadores que, por serem associados, tem maior acesso a recursos para defesa de membros da associação como litígios relacionados a recursos trabalhistas. Outro exemplo bem conhecido são as câmaras de dirigentes logistas dos municípios, as CDLs.

18. Explique como é formada uma Entidade de Classe e diga quais são os tipos mais comuns de Entidade de Classe.

Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Não deve haver entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. Pode se criar no intuito de defender uma categoria de trabalhadores, uma comunidade, uma etnia, etc. Uma associação, vou usar este termo, deve ser criada com base na lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Inclusive esta mesma lei já prevê que as associações não devem ter fins lucrativos ou econômicos, apenas como uma pessoa jurídica que busca defender direitos de seus associados. Segundo o SEBRAE as entidades de classe são: “Organizações sem fins lucrativos e entidades de direito privado que reúnem pessoas em favor de um bem comum em prol do bem-estar, do social, da cultura, política, filantropia ou realização de processos produtivos de bens e serviços coletivos. As mais comuns são: Associações filantrópicas, Associações em defesa da vida, Associações de produtores, etc.